

**O MOVIMENTO EM PROL DA INSTRUÇÃO DO NEGRO NO BRASIL:
O CASO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA E DO JORNAL A VOZ DA RAÇA
(DÉCADA DE 1930)**

JONATAS BRÍGIDO DA SILVA

Foz do Iguaçu
2024

**O MOVIMENTO EM PROL DA INSTRUÇÃO DO NEGRO NO BRASIL:
O CASO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA E DO JORNAL A VOZ DA RAÇA
(DÉCADA DE 1930)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Evander Ruthieri S. Da Silva

Foz do Iguaçu

2024

JONATAS BRÍGIDO DA SILVA

O MOVIMENTO EM PROL DA INSTRUÇÃO DO NEGRO NO BRASIL:

**O CASO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA E DO JORNAL A VOZ DA RAÇA (DÉCADA
DE 1930)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao
Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e
História da Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Licenciatura em História.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Evander Ruthieri S. Da Silva
UNILA

Prof. Dra. Juliana Pirola Conceição
(UNILA)

Prof. Dra. Noemi Santos da Silva
(UNICAMP)

Foz do Iguaçu, ____ de _____ de ____.

TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADEMICOS

Nome completo do Autor (a): Jonatas Brígido da Silva

Curso: História - Licenciatura

	Tipo de Documento
(x) graduação	(x) artigo
(.....) especialização	(.....) trabalho de conclusão de curso
(.....) mestrado	(.....) monografia
(.....) doutorado	(.....) dissertação
	(.....) tese
	(.....) CD/DVD – obras audiovisuais
	(.....) _____

Título do trabalho acadêmico: **O MOVIMENTO EM PROL DA INSTRUÇÃO DO NEGRO NO BRASIL: O CASO DA FRENTE NEGRA BRASILEIRA E DO JORNAL A VOZ DA RAÇA (DÉCADA DE 1930)**

Nome do orientador(a): Prof. Dr. Evander Ruthieri da Silva

Data da Defesa: 22/04/2024

Licença não-exclusiva de Distribuição

O REFERIDO AUTOR(A):

a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença. Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue.

Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública *Creative Commons Licença 3.0 Unported*.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável

Este trabalho é dedicado com imensa gratidão e profundo respeito àqueles que moldaram meu caminho com amor e coragem. Aos meus pais, verdadeiros pilares da minha jornada, cuja determinação e sacrifício construíram o caminho para que eu pudesse trilhar rumo ao conhecimento e à realização pessoal.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por me conceder a oportunidade de ser o primeiro da minha família a cursar uma universidade. À minha esposa, Isabela, que esteve presente desde o início desta jornada, oferecendo todo o suporte, amor, atenção e compreensão nos momentos de lutas e alegrias. Aos meus queridos pais, que dedicaram suas vidas para iluminar o caminho que eu seguiria como ser humano. Foram inúmeros os momentos em que me inspirei em suas vidas durante essa trajetória. Meu pai, Neivaldo, é um exemplo de pai, sempre presente, seja fisicamente ou através do palavras. Minha mãe, Marilene, que me ensinou sobre honestidade, trabalho duro e como tratar as pessoas ao longo de toda a minha vida, independentemente das circunstâncias. Ao meu orientador, o historiador Evander Ruthieri, não apenas pela orientação constante neste trabalho, mas também pela disponibilidade em atender às necessidades exigidas por esta pesquisa. Aos meus colegas de classe, que muitas vezes estiveram ao meu lado, apoiando uns aos outros nos momentos difíceis desta jornada. Afinal, ninguém alcança este ponto sozinho.

"O preconceito de cor no Brasil: só nós, os negros,
podemos sentir"
Arlindo V. Dos Santos

RESUMO

O presente artigo tende a mostrar a realidade encontrada pelos afro-brasileiros quanto a inserção na sociedade no período pós-abolição, bem como as lutas para serem alfabetizados. Para responder a essas questões, foram analisadas fontes como o livro *Uma História do Negro no Brasil* Wlamyra de Albuquerque e Walter Fraga Filho. Foram encontradas informações de que século XIX, o Brasil testemunhou um período marcado por uma vigorosa campanha pelo fim da escravidão, impulsionada por uma variedade de fatores. A promoção da educação e instrução para escravizados, libertos e pessoas livres foi considerada como uma estratégia essencial para a consecução da emancipação e o avanço da nação. Por meio da educação, esses segmentos sociais almejavam resgatar as raízes históricas de seus antepassados, consolidar sua identidade cultural e reivindicar direitos civis e políticos. Ao analisar os periódicos da imprensa negra da época, especialmente no pós-abolição, notou-se destaque na importância do acesso à educação e formação profissional como instrumentos de capacitação e fortalecimento da comunidade afrodescendente. Além disso, foi encontrada informações de escolas matutinas e noturnas, tanto públicas quanto mantidas por organizações associativas, que se configuraram como espaços de aprendizagem e crescimento para esses grupos. A batalha pela instrução e educação durante o período republicano no Brasil foi um reflexo da demanda por igualdade, liberdade e oportunidades para todos os indivíduos. Esse movimento educacional desempenhou um papel central na reconfiguração do panorama social e na construção de uma sociedade mais equitativa e inclusiva. A ferramenta de análise fundamental para este artigo foram páginas do periódico *A Voz da Raça*, jornal que era o principal meio de comunicação da Frente Negra Brasileira, um jornal combativo que buscava promover a educação e instrução dos negros, por meios de anúncios, além de denunciar o preconceito de cor que era predominante no país.

Palavras-chave: instrução; pós-abolição; imprensa negra; educação; emancipação.

RESUMEN

El presente artículo tiende a mostrar la realidad encontrada por los afrobrasileños en cuanto a su inserción en la sociedad en el período posabolición, así como las luchas por ser alfabetizados. Para responder a estas cuestiones, se analizaron fuentes como el libro "Una Historia del Negro en Brasil" de Wlamyra de Albuquerque y Walter Fraga Filho. Se encontraron informaciones de que, en el siglo XIX, Brasil fue testigo de un período marcado por una vigorosa campaña por el fin de la esclavitud, impulsada por una variedad de factores. La promoción de la educación e instrucción para esclavizados, libertos y personas libres fue considerada como una estrategia esencial para la consecución de la emancipación y el avance de la nación. A través de la educación, estos segmentos sociales aspiraban a rescatar las raíces históricas de sus antepasados, consolidar su identidad cultural y reclamar derechos civiles y políticos. Al analizar los periódicos de la prensa negra de la época, especialmente en el posabolición, se notó el énfasis en la importancia del acceso a la educación y formación profesional como instrumentos de capacitación y fortalecimiento de la comunidad afrodescendiente. Además, se encontraron informaciones sobre escuelas matutinas y nocturnas, tanto públicas como mantenidas por organizaciones asociativas, que se configuraron como espacios de aprendizaje y crecimiento para estos grupos. La lucha por la instrucción y educación durante el período republicano en Brasil fue un reflejo de la demanda por igualdad, libertad y oportunidades para todos los individuos. Este movimiento educativo desempeñó un papel central en la reconfiguración del panorama social y en la construcción de una sociedad más equitativa e inclusiva. La herramienta de análisis fundamental para este artículo fueron las páginas del periódico "La Voz de la Raza", un diario que era el principal medio de comunicación de la Frente Negra Brasileña, un periódico combativo que buscaba promover la educación e instrucción de los negros mediante anuncios, además de denunciar el prejuicio racial predominante en el país.

Palabras clave: instrucción; postabolición; prensa negra; educación; emancipación.

ABSTRACT

The present article aims to show the reality faced by Afro-Brazilians regarding their integration into society in the post-abolition period, as well as the struggles for literacy. To address these issues, sources such as the book "A History of the Black in Brazil" by Wlamyra de Albuquerque and Walter Fraga Filho were analyzed. Information was found that in the 19th century, Brazil witnessed a period marked by a vigorous campaign for the end of slavery, driven by a variety of factors. The promotion of education and instruction for enslaved, freed, and free people was considered an essential strategy for achieving emancipation and advancing the nation. Through education, these social segments aimed to reclaim the historical roots of their ancestors, consolidate their cultural identity, and demand civil and political rights. Analyzing the newspapers of the black press of the time, especially in the post-abolition period, highlighted the importance of access to education and professional training as instruments for empowerment and strengthening of the Afro-descendant community. Additionally, information was found about morning and evening schools, both public and maintained by associative organizations, which served as spaces for learning and growth for these groups. The battle for instruction and education during the republican period in Brazil was a reflection of the demand for equality, freedom, and opportunities for all individuals. This educational movement played a central role in reshaping the social landscape and building a more equitable and inclusive society. The fundamental analytical tool for this article was the pages of the newspaper "The Voice of the Race," which was the main means of communication of the Brazilian Black Front, a militant newspaper that sought to promote the education and instruction of blacks through advertisements, as well as to denounce the predominant racial prejudice in the country.

Key words: instruction; post-abolition; black press; education; emancipation.

INTRODUÇÃO

O século XIX marcou um período de intensa mobilização e transformação social no Brasil, especialmente no que diz respeito à luta pela abolição da escravidão. Nesse contexto, a educação e a instrução emergiram como pilares fundamentais para a emancipação e progresso nacional, desempenhando um papel crucial na busca por igualdade e justiça social. A interseção entre os movimentos abolicionistas e as iniciativas educacionais revela a complexidade e a profundidade das demandas por liberdade e oportunidades para todos os cidadãos, independentemente de sua origem étnica. No contexto no pós-abolição, os esforços em torno da instrução da população afrodescendente relacionavam-se às estratégias e lutas cotidianas no sentido de combater a invisibilização e marginalização social.

Diante desse quadro, o objetivo principal deste artigo incide em analisar os debates sobre a educação na Frente Negra Brasileira, criada em São Paulo em 1931, e com ênfase no seu jornal, *A Voz da Raça*, que circulou entre 1933 e 1937. Na primeira parte, o artigo explora a relação entre a instrução de escravizados, libertos e livres e a luta abolicionista no Brasil Oitocentista, destacando como a educação se tornou uma ferramenta de empoderamento e resistência. Ao analisar o papel das escolas noturnas, clubes abolicionistas e iniciativas educacionais promovidas por diferentes grupos sociais, buscamos compreender como a busca pelo conhecimento se entrelaçou com a busca pela liberdade, evidenciando a importância da educação como um agente de transformação social e cultural para os negros no Brasil.

Na segunda parte, por meio da análise dessas interações entre educação e pós-abolição, podemos vislumbrar não apenas as estratégias adotadas pelos movimentos negros, mas também as aspirações e desafios enfrentados por aqueles que buscavam construir uma sociedade mais justa e inclusiva. Esta pesquisa visa lançar luz sobre um aspecto essencial da história brasileira, ressaltando a relevância da educação como um instrumento de mudança e progresso em meio a um período marcado por profundas transformações sociais e políticas e sociais.

Analisando a trajetória da Frente Negra Brasileira, que ao usar a sua ferramenta de comunicação o periódico *A Voz da Raça* para disseminar a necessidade que o negro tinha de adquirir a instrução, não apenas na teoria mas também de forma prática, oferecendo em suas páginas cursos como de alfabetização para que o afro-brasileiro pudesse se desenvolver intelectualmente, mentalmente e moralmente, pois partia do entendimento de que

somente por meio da educação que foi negada desde os primórdios da escravidão o negro poderia ascender e conquistar espaços em meio a sociedade.

É importante salientar o quanto esta pesquisa tem um grande significado pessoal. O interesse quanto a este tema surgiu em meio a reuniões para o desenvolvimento do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), onde ao ser orientado pela coordenadora a historiadora Juliana Pirola, tive contato com fontes importantes, como o podcast produzido pela Rádio Novelo o Projeto Querino. Adotando uma perspectiva afrocentrada ao examinar a trajetória histórica do Brasil, eles apresentam uma análise que destaca eventos significativos, como a Independência em 1822 e a Abolição em 1888, sob a ótica dos africanos e seus descendentes. Outra fonte inspiradora para esta pesquisa foi a série de TV Atlanta, tendo como ator principal o rapper norte americano Donald Glover. Logo em seguida, através do orientador da pesquisa, o historiador Evander Ruthieri, conheci o Jornal da Frente Negra Brasileira, o *A Voz da Raça*, a fonte que me deu norte para o desenvolvimento e conclusão desta pesquisa.

Fato é que essas e outras fontes me levaram a escavar alguns pontos históricos quanto a minha família, me atentando a informação de que a minha avó Marina, mãe da minha mãe nasceu 54 anos após a abolição da escravatura, data de registro de nascimento – hoje sabemos que ela nasceu antes, mas que só foi registrada em 1942. Já a família do meu pai, que é nascido e criado na Ilha de Itaparica na Bahia, foi cenário de batalhas e revoltas de escravizados buscando as suas liberdades.

Pesquisar sobre a educação que foi negada aos escravizados e libertos no passado me faz entender por que os dois lados da minha família sempre tiveram muitas dificuldades quanto à escolaridade, oportunidades, moradia, dentre outras coisas que entendo como percalços. No decorrer da formação como historiador, comecei a perceber que a educação é uma das soluções para que o Brasil mude, e grande porcentagem dos que menos tem oportunidades são os que vivem nas periferias, à margem da sociedade, e isso culmina é um efeito estrutural, quem não tem oportunidade de estudar dificilmente irá alcançar grandes vagas de emprego o até mesmo adentrar em um curso universitário do seu interesse.

Assim, essa pesquisa é uma junção de sentimentos pessoais, com a confirmação histórica por meio da ciência, o negro no Brasil foi usado, violentado e a ele foi negado tudo aquilo que poderia incluir ele na sociedade, principalmente a instrução. Por meio da análise do jornal frente negrino *O Voz da Raça*, ferramenta principal de comunicação da Frente Negra Brasileira, iniciamos trazendo o contexto das leis abolicionista, e a negação quanto

a educação que os negros sofreram e quando enfim foram libertos, a sociedade buscou justificativas para manter os mesmos distantes dos seus direitos.

O movimento abolicionista e a educação no Brasil Oitocentista

No século XIX a maior parte do hemisfério ocidental, representou a época das emancipações. Durante este período, a instituição da escravidão e outras formas de trabalho compulsório, como, por exemplo, a servidão na Rússia, foram condenadas e erradicadas em diversas regiões da Europa e das Américas. O processo de desmantelamento das formas legais de trabalho escravizado resultou de diversos fatores, que incluíam as ações dos movimentos abolicionistas, e que levaram à construção de percepções acerca da escravidão como instituição contrária ao progresso social, como também as diversas formas de resistência ao trabalho escravizado. No debate abolição que se construiu no Brasil da segunda metade do século XIX, a instrução de escravizados, livres e libertos assumia um papel central como possibilidade de emancipação e progresso nacional.

Na Europa, a partir do final do século XVIII, movimentos abolicionistas emergiram, lutando pelo término do tráfico transatlântico e pela extinção do trabalho escravo. Conforme Seymour Drescher, “os sentimentos antiescravagistas se politizaram pela primeira vez na década de 1780” (DRESCHER, 2018, p. 14), especialmente com a formação das primeiras sociedades abolicionistas na Inglaterra e na França, as quais, por meio de campanhas públicas e petições, pressionaram seus parlamentares no sentido de aprovar leis que proibissem o tráfico. Assim, estes movimentos provocaram alterações nas políticas governamentais das grandes potências em relação à escravidão em suas possessões coloniais. A título de exemplo, foi mediante a pressão dos abolicionistas que, em 1808, o comércio transatlântico de escravizados para as colônias britânicas no Caribe foi abolido, e em 1834, a escravidão foi abolida nessas mesmas colônias (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006).

Inquestionavelmente, tais eventos tiveram repercussões significativas no Brasil. Em *Uma História do Negro no Brasil*, Wlamyra R. de Albuquerque e Walter Fraga Filho, abordam que ao longo de todo o século XIX, a ameaça com a Revolução do Haiti assombrou as mentes dos defensores e, ao mesmo tempo, inspirou aqueles que combatiam a ordem escravocrata.

Na primeira metade do referido século, muitos críticos da escravidão alertaram que, caso o comércio transatlântico de escravizados e, subsequente, a própria escravidão não fossem erradicados, o cenário vivenciado no Haiti poderia replicar-se no Brasil.

Efetivamente, para a população escravizada no Brasil, os eventos ocorridos no Haiti adquiriram uma conotação distinta, revelando que era viável conceber a abolição da escravidão no território (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO 2006). Por outro lado, os eventos que levaram ao fim do regime colonial e escravocrata no Haiti geraram uma forte reação conservadora por parte das elites brasileiras, as quais temiam que a abolição fosse realizada por meio de insurreições promovidas por escravizados (AZEVEDO, 2004).

Albuquerque e Fraga Filho (2006) elucidam que na segunda metade do século XIX, especialmente após a promulgação da lei que proibiu o tráfico de escravizados em 4 de setembro de 1850 pelo deputado Eusébio de Queirós, ocorreu uma intensificação no debate acerca da abolição da escravidão no Brasil. Mas é importante ressaltar que essa lei, estava relacionada a não-importação de escravizados africanos para o território brasileiro, o que significa que dentro do país o tráfico continuou acontecendo. Com efeito, com a expansão da cafeicultura no sudeste brasileiro, o período correspondente à metade do século XIX foi marcado por intenso tráfico interno, pela venda e revenda de escravizados, especialmente das províncias do nordeste, rumo às plantações de café na região de São Paulo e Rio de Janeiro (SALLES, 2018).

Entre as elites brasileiras, tornou-se evidente que a cessação do comércio de escravizados inevitavelmente resultaria no fim da instituição do cativo. Acreditava-se que, diante dos elevados índices de mortalidade da população escravizada e da impossibilidade de sua reposição por meio do tráfico, a escravidão naturalmente desapareceria ao longo de algumas décadas (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006).

A partir desse contexto, a elite política e as organizações agrárias empreenderam esforços no sentido de planejar e implementar a substituição da mão-de-obra escrava, especialmente pelo incentivo à imigração de colonos europeus e, em menor medida, de colonos asiáticos. O incentivo à imigração europeia também estava alinhavada à difusão de ideias raciais, especialmente na segunda metade do século XIX, visando o “embranquecimento” da nação brasileira (KLUG, 2009). Simultaneamente, buscou-se a transformação dos escravizados em trabalhadores livres, sobretudo por intermédio de legislações abolicionistas que não causasse rupturas bruscas no sistema socioeconômico - e que garantisse a indenização aos antigos proprietários de escravizados.

A escravidão no Brasil estava sofrendo mudanças relevantes. Houve um declínio da população escravizada nas cidades por causa das transferências dos cativos para as áreas rurais. No Norte e Nordeste passou por uma baixa populacional cativa, decorrência da necessidade de trabalho nas lavouras de café no Sudeste, principalmente Rio de Janeiro e

São Paulo, o que ocasionou em menos compromisso com a manutenção da escravidão (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006).

A promulgação da legislação que proibiu o tráfico de escravizados resultou em um aumento nos preços desses indivíduos, restringindo progressivamente a acessibilidade à sua aquisição. A partir desse momento, a propriedade de escravizados gradualmente se transformou em um privilégio reservado a uma parcela restrita da sociedade, notadamente os indivíduos mais abastados. Já os com poderes aquisitivos mais baixos passaram a vender os escravizados e a adotar a escravidão como algo desnecessário e sem sentido (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006, P. 174).

Contudo, em meados do século XIX, não existia uma garantia de que a abolição no Brasil ocorreria em curto prazo. Com o crescimento da exportação do café as produtoras no Sudeste, os fazendeiros, visando fortalecer seus interesses, buscavam a prolongação da escravidão pelo maior período possível.

Os líderes políticos dessas regiões adotaram medidas para retardar qualquer iniciativa legal quanto a abolição imediata, usando como argumento a ameaça do surgimento de uma crise econômica, sob a alegação do impacto que a plantação receberia com a perda da mão de obra escrava. Outra estratégia adotada foi através dos seus representantes no parlamento, onde alegavam que os cativos não estavam devidamente prontos para a vida em liberdade, afirmando que fora do cativeiro eles viveriam em ócio, vadiagem e as cidades teriam um aumento na criminalidade (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006). Desse modo, entre as décadas de 1850 e 1880, a questão passou a ser amplamente debatida, pois o significado da liberdade dos negros era um assunto econômico, pois "dele dependia a autonomia ou não dos negros em suas atividades produtivas"; era um assunto político, "pois afinal o governo podia agora interferir mas decisivamente nas relações de trabalho"; e também era visto como uma questão social, pois "agora eram necessárias políticas públicas no sentido de viabilizar ao negro liberto a obtenção de condições de moradia, alimentação e instrução" (CHALHOUB, 2011, p. 24).

Por parte dos escravizados tinha-se grandes expectativas de libertação. Segundo Albuquerque (2006) estudos recentes demonstram que os escravizados tomaram atitudes que aceleraram o processo de fim da escravidão, foram elas: fugas, formação de quilombos e a rebeldia do dia a dia fortaleceu o andamento. Grande foi a influência no meio da sociedade política, o que levou os senhores escravistas a tomar decisões em meio a pressões e observações de suas senzalas. Esse amplo leque de ações contrárias à manutenção do trabalho servil também estavam vinculadas aos diferentes sentidos da liberdade

construídos por escravizados e libertos no cotidiano da escravidão, afinal de contas, “para os negros, o significado da liberdade foi forjado na experiência do cativo”, de modo a construir suas próprias percepções e atitudes diante do cotidiano escravista (CHALHOUB, 2011, p. 25).

Nas duas últimas décadas que precederam a abolição, observou-se um aumento significativo nas fugas e no surgimento de comunidades quilombolas em todo o território brasileiro. Os afro-brasileiros não permaneceram de forma inerte aguardando sua emancipação, nos atos de insurgência, os indivíduos escravizados avaliaram cuidadosamente as circunstâncias, aproveitando-se da crescente deslegitimação da instituição escravista e do crescimento do sentimento antiescravista entre a população livre (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO 2006).

No desfecho da década de 1860, observou-se um acréscimo significativo no contingente de indivíduos provenientes de diversas camadas sociais que passaram a expressar e advogar publicamente sua oposição à instituição da escravidão. Essa postura antiescravista não representava uma novidade, dado que desde o início do século XIX já havia vozes denunciando os horrores associados ao tráfico de escravizados e à própria escravidão. O que houve de novo na década de sessenta consistiu na mudança de postura de determinados setores, que abandonaram abordagens gradualistas em favor de uma demanda imediata pela abolição (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006). É nesse contexto que surgem indivíduos importantes para esse processo, que se autodenominavam abolicionistas.

A partir da segunda metade da década de 1860, diversos grupos abolicionistas começaram a se envolver ativamente nas questões emancipacionistas. Figuras proeminentes: Castro Alves, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco e outros. Integraram as fileiras desse movimento abolicionista personalidades provenientes de distintas esferas profissionais, tais como professores, jornalistas, tipógrafos, advogados, literatos, militares, parlamentares, juízes, médicos, artistas, músicos e comerciantes. Contudo, é saliente ressaltar que tal movimento não se circunscreveu exclusivamente aos estratos médios da sociedade, alcançando indivíduos pertencentes a diversas classes sociais (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006).

É pertinente salientar que, desde sua gênese, o movimento abolicionista não se confinou exclusivamente a uma elite intelectual de origem branca. O professor afrodescendente Francisco Álvares dos Santos figura como um precursor do abolicionismo na Bahia, destacando-se por liderar manifestações cívicas em prol da emancipação dos escravizados no ano de 1862 (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006).

Indivíduos negros e pardos de destaque intelectual desempenharam papéis proeminentes no movimento, inclusive ocupando posições de liderança em associações e clubes abolicionistas (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO 2006). Pessoas como o poeta e rábula/advogado Luiz Gama; o jornalista e romancista José do Patrocínio que ao lado de Joaquim Nabuco, importante abolicionista pernambucano, fundou a Sociedade Brasileira contra a Escravidão; o engenheiro André Rebouças que se destacou como um dos líderes abolicionistas mais notáveis; e a mãe de Luiz Gama, Luíza Mahin, que supostamente teria participado de revoltas de escravizados na Bahia, e posteriormente tendo buscado refúgio no Rio de Janeiro onde foi supostamente deportada para o continente africano.

É importante salientar a ausência de uniformidade de pensamento e ação entre os abolicionistas. O movimento, de fato, abrigava uma diversidade de indivíduos e grupos com distintas orientações políticas, incluindo liberais e conservadores, monarquistas e republicanos. A principal dicotomia residia nas abordagens e nos objetivos adotados. Para muitos, a abolição deveria ser alcançada por meio de processos parlamentares, sem a mobilização das camadas populares e, ainda menos, dos próprios escravizados (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006).

Contudo, segundo Albuquerque (2006) uma segunda perspectiva emergiu, ganhando força na década de 1880, caracterizando-se pela convicção de que o abolicionismo deveria englobar toda a sociedade, especialmente os cativos. Essa corrente mais audaciosa promoveu ações arrojadas, como fugas e confrontos com capitães-do-mato e autoridades policiais encarregadas de perseguir os escravizados em fuga. Além disso, muitos abolicionistas, como o caso do rábula Luiz Gama, ampararam escravizados nas contendas pela liberdade por meio jurídicos, mobilizando processos contra seus antigos senhores a partir do contexto legal produzido pela aprovação das leis abolicionistas entre as décadas de 1850 e 1880 (PINTO, 2018). Desse modo, a justiça e a lei também se tornavam espaços de conflitos sociais e possibilidades de emancipação para muitos escravizados.

Muitos abolicionistas acreditavam que a luta contra a escravidão deveria resultar no fim dessa prática, pois vislumbravam que isso eliminaria obstáculos ao desenvolvimento e progresso do país. Alguns dentro desse grupo defendiam que o "progresso" só seria possível substituindo os trabalhadores negros por imigrantes europeus. Para eles, a abolição não visava apenas melhorar as condições dos escravizados, mas também estimular a chegada de imigrantes europeus para o trabalho.

Entretanto alguns abolicionistas viam a abolição como o início de um processo de modernização do país, trazendo benefícios aos ex-escravizados e seus descendentes.

Defendiam reformas sociais para complementar a abolição, incluindo a ampliação de oportunidades econômicas para negros e mulatos. Esta perspectiva reconhecia que a luta contra a escravidão e suas consequências sociais perduraria após a abolição, destacando a necessidade de reforma agrária e educação pública para todas as classes sociais.

Desse modo, a instrução, alfabetização ou educação de negros, tanto escravizados quanto livres e libertos, passou a ser discutida de forma mais expressiva ao longo do século XIX e, principalmente, no bojo do movimento abolicionista. Conforme Maria Cristina Wissembach, as condições que propiciaram a alfabetização de escravizados e forros no período estavam vinculados a fatores como, por exemplo, os clubes de leituras e jornais vinculados às sociedades abolicionistas; a ação de ordens religiosas que demonstravam relativa preocupação com as condições de vida de grupos escravizados, “instruindo-os profissionalmente, insistindo na manutenção de famílias e na educação religiosa” (WISSENBACH, 2019, p. 309); a situações específicas do trabalho urbano, especialmente em ofícios que exigiam a leitura ou escrita como parte das atividades profissionais; e também por meio de instituições privadas promovidas por patronos. Diversos estudos recentes no campo da história da educação no Brasil evidenciam a formação de escolas voltadas para meninos negros e pardos, incluindo escolas noturnas direcionadas à formação profissional, tais como a Escola Noturna da Cancela, a Escola Noturna do Clube dos Libertos Contra a Escravidão e a Escola Noturna do Clube Abolicionista Gutemberg - criadas no Rio de Janeiro e resultantes de iniciativas de redes emancipacionistas. (ALBUQUERQUE, 2009).

Um exemplo dessas experiências de instrução aos negros no período foi a escola de Pretextato dos Passos e Silva, criada no Rio de Janeiro em 1853 e destinada a meninos pardos e negros. Conforme o estudo de Adriana Maria Paula da Silva (2002), tratava-se de uma escola primária, de caráter particular, criada por Pretextato dos Passos e Silva, um professor que se autodesignava “preto”, e que funcionou, pelo menos legalmente, até meados de 1873, quando foi despejado do local no qual lecionava. Nas petições enviadas às autoridades da época, com o objetivo de manter sua escola em funcionamento, Pretextato dos Passos e Silva denunciou o contexto de exclusão social e racismo, que dificultava o acesso da população negra à escolarização formal. Outro exemplo encontra-se nas pesquisas de Noemi Santos da Silva (2014 e 2023), no que se refere às experiências escolares envolvendo a população negra nas últimas décadas da escravidão e no pós-abolição na região do Paraná, enfatizando a escolarização (como, por exemplo, por escolas noturnas), e também a participação desses sujeitos históricos em reivindicações ao poder público, tal como pela abertura de escolas ou na formação de sociedades de auxílio mútuo que

ofertassem oportunidades de escolarização. Além disso, os estudos de Santos (2023) destacam a trajetória e atuação de professores, a exemplo de Líbero Teixeira Braga e José Cleto da Silva, que lecionaram para escravizados entre as décadas de 1870 e 1880, engajaram-se nas campanhas abolicionistas e atuaram diretamente em ações judiciais pela liberdade na província do Paraná.

Convém frisar que, no período em questão, havia um entrelaçamento de redes abolicionistas e lutas pela educação popular. Conforme Noemi Santos da Silva, “foram várias as formas pelas quais a instrução esteve presente nos planos e ações abolicionistas”, incluindo “professores engajados, associações que promoviam a instrução popular, a campanha nos periódicos, parlamentos e outros espaços de debate política” (SILVA, 2023, p. 164), que contribuíram para disseminar a ideia de que a luta pela liberdade também passava pela luta pela educação. Os abolicionistas, em sua maioria, engajavam-se em associações que adotavam diretrizes e objetivos formalmente estabelecidos em seus estatutos. As primeiras organizações abolicionistas emergiram entre o final da década de 1860 e o início da subsequente, multiplicando-se em diversas partes do Brasil. A diversidade dessas sociedades e clubes abolicionistas também levou a uma multiplicidade de propostas educacionais, que tinham, em comum, a premissa de uma emancipação gradual dos cativos pela educação e outras ações que contribuíram para o progresso da nação.

Ao longo da década de 1880, testemunhou-se a criação de diversos clubes e sociedades abolicionistas em várias cidades brasileiras. No ano de 1880, na cidade do Rio de Janeiro, foi estabelecida a Sociedade Brasileira Contra a Escravidão. Pouco tempo depois, surgiram entidades como o Clube dos Libertos de Niterói, Libertadora da Escola Militar, Libertadora da Escola de Medicina, entre outras. Albuquerque (2006) relata que em setembro desse mesmo ano, membros da União Literária e Republicana desfilaram pelas ruas de Diamantina, Minas Gerais, acompanhados por uma banda de música e uma considerável multidão, solicitando contribuições para a emancipação de escravizados. No mês de novembro, a Sociedade Abolicionista Maranhense foi fundada na cidade de São Luís. No mesmo ano, Eduardo Carigé e Pamphilo da Santa Cruz estabeleceram a Libertadora Bahiana, que se destacou como a organização abolicionista mais ativa na Bahia. Esses clubes e associações, que promoviam diversas atividades públicas voltadas à abolição, inclusive pela arrecadação de fundos para cartas de alforrias (MATTOS, 2008), também contavam com a participação de mulheres, sobretudo oriundas das classes médias e das elites.

Albuquerque (2006) afirma que a partir do ano de 1887, em face das evasões de cativos e da intensificação do movimento abolicionista, os proprietários de escravizados

passaram a implementar sua própria estratégia de emancipação por meio da extensa concessão de cartas de alforria. O crescimento da delinquência entre os escravizados, as insurgências e as escapadas evidenciaram a inviabilidade de sustentar o sistema escravista. Diante desse cenário de crescentes tensões, a princesa regente promulgou a Lei nº 13 de maio de 1888, a qual efetivamente aboliu a instituição da escravidão no Brasil. Composta por apenas dois artigos, a referida legislação encerrou uma prática com uma longa tradição de mais de três séculos (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006).

O pós-abolição e a imprensa negra no Brasil: as lutas pela instrução

As celebrações do 13 de maio converteram-se em uma vasta demonstração popular, refletindo, em larga medida, a abrangência social do movimento antiescravista no território brasileiro. No entanto, faz-se necessário compreender de que maneira os indivíduos anteriormente submetidos à escravidão empreenderam esforços para viabilizar suas existências pós-emancipação. Para os ex-escravizados e para outros afrodescendentes, a abolição não se configurou exclusivamente como o término do estado de servidão. Para esses sujeitos, a abolição deveria, adicionalmente, resultar no acesso à propriedade, à educação e aos mesmos prerrogativas de cidadania desfrutados pela comunidade de origem branca. Contudo, na prática, o contexto pós-abolição e da Primeira República, “não assegurou profícuos ganhos materiais ou simbólicos para a população negra (DOMINGUES, 2007, p. 102).

Diante da ausência de empreendimentos substanciais por parte do governo no sentido de assegurar um porvir digno aos cidadãos afrodescendentes brasileiros após o dia 13 de maio, um coletivo de emancipados oriundos da localidade de Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, dirigiu uma correspondência a Rui Barbosa, destacada personalidade na esfera política nacional à época. Nessa comunicação, pleiteavam que os descendentes dos emancipados fossem contemplados com acesso à educação.

O término da escravidão em 1888 e da monarquia em 1889 acarretou instabilidade social e apreensões acerca do destino da nação. Com a abolição, a configuração social já não podia mais ser delineada pela dicotomia entre senhores e escravizados. Tal modificação societária representava uma ameaça à autoridade dos ex-proprietários, predominantemente constituídos por indivíduos de ascendência branca.

Segundo Albuquerque e Fraga Filho (2006), com o intuito de preservar a autoridade dos ex-proprietários, diversas medidas foram adotadas. A necessidade de ampliação dos contingentes policiais tornou-se uma temática cada vez mais recorrente nos editoriais jornalísticos e nos debates políticos nos meses subsequentes à abolição. Líderes policiais, delegados, jornalistas e parlamentares, entre outros, conjecturavam acerca da possibilidade de que o término do sistema de servidão pudesse suscitar "ódios raciais". Havia a apreensão de que os indivíduos afrodescendentes interpretassem o fim da escravidão como uma oportunidade para questionar as disparidades sociais e para buscar represálias.

Houve resistência quanto à transformação social após a abolição da escravidão no Brasil, tinha-se a vontade de manter preconceitos, práticas autoritárias e relações de dependência que caracterizaram a sociedade escravista. Após a abolição, indivíduos influentes não demonstravam disposição para abandonar suas posições socioeconômicas, utilizando teorias raciais como justificativa. A difusão de teorias raciais e do chamado "racismo científico" integrava um quadro maior de ideias difundidas no Brasil principalmente a partir da década de 1870, a exemplo do positivismo, darwinismo e liberalismo (ALONSO, 2000), relacionadas a debates tramados no mundo acadêmico europeu, e que, no contexto pós-abolição e da Primeira República, vão se entrelaçar aos debates em torno de uma identidade nacional - e sobre o que fazer com aqueles que não carregavam, na cor da pele, as marcas da nação.

Convém contextualizar que, no século XIX, na Europa e nos Estados Unidos, foram formuladas teorias raciais com o propósito de explicar as origens e características de diversos grupos humanos. Essas teorias experimentaram notável aceitação no Brasil entre 1870 e 1930. Fundamentadas em argumentos biológicos, que eram considerados persuasivos na época, estabeleciam uma correlação entre as características físicas individuais e a capacidade intelectual (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006). Um exemplo dessas teorias raciais encontra-se na obra do francês Arthur de Gobineau, *Essai sur l'inégalité des races humaines* (Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas), publicado originalmente em 1853, e que compreendia a mestiçagem como um risco às raças e causa para a degeneração racial.

Posteriormente, essas explicações foram generalizadas para abranger povos inteiros, resultando na classificação da humanidade com base em estágios civilizatórios. Nessa perspectiva, as nações europeias eram concebidas como o paradigma de sociedades mais avançadas, enquanto os povos africanos e indígenas eram caracterizados como os mais atrasados e "bárbaros" (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006).

O final da escravidão, marcado pela promulgação da Lei Áurea em 1888 no Brasil, deveria ter representado um marco na garantia plena do direito à cidadania para a população afrodescendente. No entanto, as teorias raciais disseminadas nesse período, tanto em nível nacional quanto internacionalmente, contribuíram para a persistência de práticas discriminatórias e para a negação desse direito aos negros libertos.

As teorias raciais difundidas no século XIX fundamentavam-se em concepções pseudocientíficas que buscavam hierarquizar as raças humanas com base em características físicas. Tais teorias promoviam a ideia falaciosa de que as diferenças de inteligência e capacidade estavam intrinsecamente ligadas à raça, conferindo uma suposta superioridade a determinados grupos étnicos em detrimento de outros. O governo da Primeira República criou decretos para o recebimento de imigrantes de preferência europeus, exceto africanos e asiáticos, com a intenção de promover o embranquecimento da população brasileira (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006).

Nesse contexto, mesmo após a abolição da escravidão, as concepções discriminatórias enraizadas nas teorias raciais persistiram, impedindo o pleno reconhecimento da cidadania aos negros libertos. Comportamentos e tratamentos que até então foram abolidos, passaram a aparecer no cotidiano dos ex-cativos e revoltas realizadas, e que ficaram conhecidas como movimentos sociais da Primeira República.

Em 1896 liderada por Antônio Conselheiro, a Guerra de Canudos foi um movimento que atraiu uma considerável população sertaneja no interior da Bahia. Contrariando interesses políticos e econômicos da elite e do governo, Canudos foi encarado como uma ameaça, reuniu grande população negra, que considerou Canudos com o último quilombo. O conflito resultou em uma série de expedições militares para conter o movimento, culminando na destruição de Canudos em 1897.

A Revolta da Chibata em 1910 foi liderada por marinheiros insatisfeitos com os castigos físicos (chibatadas) impostos pela Marinha brasileira. João Cândido Felisberto, um dos líderes do movimento, demandava o fim dos castigos e melhores condições de trabalho para a tripulação. O movimento resultou em concessões por parte do governo, incluindo o fim da chibata na Marinha.

A Revolta da Vacina ocorreu no Rio de Janeiro no ano de 1904 em resposta às medidas sanitárias adotadas pelo governo de Oswaldo Cruz para combater epidemias, especialmente a febre amarela e a varíola. Além disso, o levante ocorreu no contexto da reforma urbana promovida pelo prefeito Pereira Passos, entre 1902 e 1906, o qual promoveu mudanças estruturais no perfil urbano do Rio de Janeiro com inspiração em ideais europeus

de modernidade e saneamento, resultando na destruição de centenas de habitações ocupadas pela população mais pobre e negra, deslocada para as regiões mais marginais da cidade (AZEVEDO, 2015). A população, principalmente nos bairros mais pobres, resistiu às ações de vacinação obrigatória, gerando conflitos urbanos. O governo implementou a vacinação compulsória, mas a revolta evidenciou tensões sociais e a insatisfação com medidas consideradas autoritárias.

Tais movimentos representaram momentos significativos de contestação social durante a Primeira República no Brasil, refletindo desigualdades sociais, tensões econômicas e as diferentes formas de resistência à ordem estabelecida. A negação do direito à cidadania, acesso ao mercado de trabalho e a educação como porta de entrada para uma vida em desenvolvimento.

A população negra enfrentava desafios consideráveis, como a falta de oportunidades de emprego, a discriminação racial e a exclusão social. Nesse contexto, a persistência de organizações originadas no século XIX e o surgimento de novas entidades nas primeiras décadas do século XX constituem uma evidência robusta da participação política efetiva da comunidade negra. Por meio dessas instituições, líderes afrodescendentes conduziram iniciativas para combater a discriminação racial, além de conceberem diversas propostas para a integração social da população afrodescendente (ALBUQUERQUE, FRAGA FILHO, 2006). Conforme Petrônio Domingues (2007), centenas de instituições de caráter assistencialista, recreativo e cultural foram criados por “homens de cor” nos primeiros anos do pós-abolição, a exemplo de clubes e grêmios, tais como o Club 13 de maio dos Homens Pretos (1902), o Centro Literário dos Homens de Cor (1903), a Sociedade Propugnadora 13 de Maio (1906), o Centro Cultural Henrique Dias (1908) e a Sociedade União Cívica dos Homens de Cor (1915), criados em São Paulo.

Como forma de resistência, diversos periódicos e jornais voltados para a comunidade negra, dedicados a abordar questões específicas e a promover a igualdade de direitos para a população negra. Segundo Santos (2005) a imprensa negra configura-se como uma fonte de valia singular para a análise do pensamento social e político da comunidade negra no Brasil, especialmente nas primeiras décadas do pós-abolição. Este é um fenômeno que se estende por diferentes regiões do país, manifestando-se através da publicação de jornais que desempenham o papel de veículos transmissores das concepções e anseios das lideranças proeminentes dentro desse significativo contingente populacional.

A imprensa negra, no presente contexto, compreende o conjunto de periódicos que emergiu a partir do século XIX, com a finalidade de estabelecer meios de comunicação,

educação e protesto direcionados aos seus leitores. Não obstante a diversidade quanto à orientação política, estratégias de engajamento, circulação e longevidade, tais publicações, em geral, compartilhavam objetivos convergentes. Ao abordar eventos festivos, como aniversários, casamentos, batizados, celebrações e bailes, assim como anúncios fúnebres e relatos de enfermidades, artigos assinados e reportagens, é possível delinear de maneira aproximada os comportamentos, aspirações, esperanças e reivindicações daquelas comunidades (SANTOS, 2005).

De acordo com Domingues, o primeiro desses jornais fundado em São Paulo foi “*A Pátria*, de 1899, tendo como subtítulo “*Orgão dos Homens de Cor*”. Outros títulos também foram publicados nessa cidade: *O Combate*, em 1912; *O Menelick*, em 1915; *O Bandeirante*, em 1918; *O Alfinete*, em 1918; *A Liberdade*, em 1918; e *A Sentinela*, em 1920” (DOMINGUES, 2007, p. 104).

O repúdio ao preconceito racial e à marginalização social, juntamente com expressões artísticas como poesia, teatro e música, além de conselhos e fofocas que almejavam estabelecer normas morais e de conduta, bem como afirmar juízos positivos acerca da identidade negra, são elementos observáveis na imprensa mencionada. A concepção central que delineou a imprensa negra como um meio de comunicação e protesto destinado à comunidade afrodescendente perdurou até as décadas de oitenta e noventa do século XX. Tal perspectiva não negligencia o esgotamento dos discursos reivindicativos e educativos, assim como as inquietações relacionadas à estrutura familiar e à formação profissional nesse contexto.

No entanto, Santos (2005) afirma que essa forma de imprensa buscava dar voz aos negros livres com algum privilégio e desejo em acessar lugares negados pelo preconceito racial e de cor. Os indivíduos de ascendência africana ou pardos livres estabeleceram, em certa medida, uma imprensa alternativa, adotando a causa da discriminação racial como meio de defender seus direitos, motivados por convicções pessoais, oportunismo ou alinhamento político-partidário.

Nesse cenário caracterizado pela desigualdade como legado da escravidão, eles advogavam pela igualdade racial, visando a elevar um segmento restrito à condição de cidadãos, ao mesmo tempo em que assumiam a designação diferenciada de “homens de cor” para distinguir-se da população escravizada ou negra. Em outras palavras, manifestava-se um liberalismo antirracista orientado pelos interesses próprios, que, de certa forma, contribuía para a manutenção da hierarquia social e da hegemonia etno-racial (SANTOS, 2005).

Os periódicos pós-abolição integrantes da imprensa negra possuíam um escopo, interesse temático e alcance de circulação significativamente abrangentes. Estes veículos abordavam a problemática do mulato como uma questão de alcance universal, reconhecendo que o estigma associado à cor negra ou parda era resultado da falta de conhecimento por parte da sociedade em que estavam inseridos.

Ao fazê-lo, destacavam que a sociedade branca rejeitava todos esses indivíduos não pelo critério de serem homens de cor ou pardos, mas devido à percepção de falta de instrução. Para Santos (2005) a ferramenta de comunicação era utilizada com a finalidade política de unir os negros e pardos em busca do acesso à sociedade dominada pelos brancos. Uma das pautas presentes em muitos desses jornais da imprensa negra no pós-abolição também dizia respeito ao acesso à educação. Para as entidades vinculadas ao movimento negro na Primeira República, a educação era vista “como estratégia capaz de equiparar os negros aos brancos, dando-lhes oportunidades iguais no mercado de trabalho”, como “veículo de ascensão social e por conseguinte de integração” e também enquanto possibilidade de “conscientização”, a partir da qual aprenderiam “a história de seus ancestrais, os valores e a cultura de seu povo, podendo, a partir deles, reivindicar direitos sociais e políticos” (GONÇALVES, SILVA, p.139). Diversos jornais da imprensa negra no período publicavam artigos nos quais se fazia a defesa pelo acesso à educação ou instrução profissional, divulgando também as atividades de escolas noturnas ou diurnas, de caráter público ou mantidas por associações diversas, como possibilidades e educação da população negra.

A Frente Negra Brasileira e o debate educacional no *A Voz da Raça*

Segundo Petrônio Domingues (2006), estes periódicos abordavam da “imprensa negra” tratavam de uma ampla gama de adversidades que impactavam a comunidade negra nos domínios laboral, habitacional, educacional e sanitário, assumindo assim uma posição privilegiada como espaço de reflexão para a formulação de medidas efetivas visando conter o problema da discriminação racial na estrutura social brasileira.

As páginas destes jornais e revistas serviram como instrumentos para expor o regime de “segregação racial” que era praticado em diversas localidades do território nacional, o qual vetava o acesso ou frequência de pessoas negras em determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, bem como em escolas, vias públicas e praças. Nesta fase, o movimento negro organizado

carecia de uma abordagem explicitamente política, caracterizando-se por uma pluralidade de abordagens políticas voltadas à integração da população afrodescendente à sociedade brasileira. .

Com o intuito de modificar essa situação, os periódicos pertencentes à imprensa negra de São Paulo incentivavam a população de cor a buscar a via da educação formal. No entanto, não eram apenas os jornais que promoviam essa ideia. As associações afrodescendentes que surgiram nas primeiras décadas do século XX percebiam na educação não apenas uma solução, mas sim um requisito fundamental para abordar os desafios enfrentados pela comunidade afrodescendente na sociedade brasileira. Um exemplo dessas articulações fica nítido nas páginas do jornal *A Voz da Raça*, periódico vinculado à Frente Negra Brasileira (FNB), e objeto de análise deste estudo

“Quando foi proclamada a República em 1889, diziam muitos deputados que era preciso dar instrução e educação aos filhos dos ex-escravos que tanto lutaram para esta gloriosa terra. Esses discursos entusiásticos com palavras de liberdade, igualdade, não passaram de utopia para nós pretos” (A Voz da Raça, ago. 1937, p. 2).

Durante os anos 1920, uma nova geração de afrodescendentes, que surgiu após a abolição da escravidão, estava imersa em intensos debates sobre sua posição na sociedade paulistana. Indivíduos como Arlindo Veiga dos Santos, nascido em 1902 na cidade paulista de Itu, numa família humilde, quatorze anos após a promulgação da Lei Áurea, representavam jovens afro-brasileiros que haviam obtido algum nível de educação formal, e alguns até mesmo ingressaram em instituições de ensino superior. Este período coincidiu com um movimento de ideias nacionalistas que questionou a integração desses jovens na estrutura da nação republicana. (MALATIAN, 2013)

Segundo Malatian (2013) Arlindo Santos desempenhou um papel significativo na história do ativismo negro no Brasil. Ele emergiu como uma figura proeminente ao liderar e fundar a Frente Negra Brasileira (FNB), que é reconhecida como a continuação direta do Centro Cívico Palmares, fundado em 1926. Ocupando o cargo de presidente da organização de 1931 a 1934. Santos foi fundamental na formulação de uma estratégia de integração da comunidade negra na sociedade, visando transcender as barreiras do racismo e da discriminação.

Sua liderança na Frente Negra Brasileira foi caracterizada pela defesa de uma nova identidade social, pelo engajamento dos afrodescendentes em iniciativas integracionistas e pela promoção de diálogos e planejamentos em espaços sociais de São Paulo. Ele baseava suas ações em valores como o catolicismo e o nacionalismo, buscando instaurar transformações graduais que pudessem revolucionar a estrutura social vigente.

Além disso, Santos almejava expandir a influência da Frente Negra Brasileira por todo o país, o que foi concretizado através da adesão de milhares de membros e da criação de filiais em diversos estados brasileiros. Ainda conforme Malatian (2013), durante a gestão de Arlindo Santos, a organização expressou certa admiração pelo fascismo italiano e demonstrou apoio ao governo de Getúlio Vargas, embora tenha sido eventualmente substituída por um grupo com inclinações socialista.

A Frente Negra Brasileira emergiu como a entidade mais proeminente no movimento afrodescendente do país. Estabelecendo "delegações" em vários estados, como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Bahia, a FNB conseguiu reunir uma considerável quantidade de afiliados, transformando o Movimento Negro Brasileiro em uma mobilização de massa.

Segundo relatos de um de seus líderes, a FNB chegou a contar com mais de 20 mil membros. A organização se distinguiu pela sua estrutura bem desenvolvida, que incluía uma escola, um grupo musical e teatral, uma equipe de futebol, um departamento jurídico, bem como serviços médicos e odontológicos. Além disso, oferecia cursos de formação política, artes e ofícios, e publicava um jornal denominado *A Voz da Raça* (DOMINGUES, 2006, P. 106).

Naquele período histórico, conforme Domingues (2006), as mulheres afrodescendentes não apenas detinham um papel simbólico no contexto do movimento negro, mas também exerciam uma influência substancial. De acordo com o testemunho do antigo ativista Francisco Lucrécio, as mulheres "eram mais engajadas na luta em prol da causa negra, sendo que na Frente Negra a maioria era composta por mulheres. Era um contingente significativo, pois eram elas que lideravam todo o movimento" (DOMINGUES, 2006).

Apesar de a declaração de Lucrécio possivelmente conter uma certa dose de exagero, é relevante salientar que as mulheres desempenhavam diversas funções dentro da Frente Negra Brasileira. Um exemplo disso pode ser visto em dois organismos internos da FNB: A Cruzada Feminina, que mobilizava as negras para realizar trabalhos assistencialistas e as Rosas Negras, que organizava bailes e festivais artísticos. Além disso, convém frisar que a Cruzada Feminina também teve como objetivo fortalecer o campo educacional

da FNB, especialmente para dotar a escola diurna e noturna com uma melhor infraestrutura, oferecendo gratuitamente material didático, uniformes e assistência odontológica (DOMINGUES, 2007).

Em 1936, a Frente Negra Brasileira (FNB) passou por uma transformação ao se converter em partido político, almejando participar das eleições subsequentes com o intuito de angariar o voto da comunidade afrodescendente. Sob a influência do contexto internacional marcado pelo crescimento do nazifascismo, a FNB destacou-se por defender por um programa político e ideológico autoritário e ultra-nacionalista.

Conforme Malatian (2013), sua figura proeminente, Arlindo Santos, expressava publicamente sua admiração pelos governos de Benito Mussolini, na Itália, e de Adolf Hitler, na Alemanha. O próprio subtítulo do jornal *A Voz da Raça*, "Deus, Pátria, Raça e Família", evidenciava essa postura, diferenciando-se do lema central do movimento integralista brasileiro apenas no termo "Raça".

A entidade chegou a ser recebida em audiência pelo então Presidente da República, Getúlio Vargas, durante o qual algumas de suas demandas foram atendidas, como a revogação da proibição de ingresso de afrodescendentes na guarda civil em São Paulo. Este evento evidencia a capacidade de negociação que o movimento negro organizado possuía no contexto político institucionalizado do Brasil. Entretanto, com o estabelecimento da ditadura do Estado Novo em 1937, a Frente Negra Brasileira, assim como todas as demais organizações políticas, foi dissolvida. (DOMINGUES, 2006, p. 107).

O historiador Petrônio Domingues (2006), em seu artigo "Um templo de luz: Frente Negra Brasileira (1931-1937) e a questão da educação" relata, que após o golpe de Estado ocorrido em 3 de outubro de 1930, Getúlio Vargas acendeu ao poder no Brasil, desencadeando um período marcado por intensa polarização política. As forças políticas se dividiram em dois campos distintos: a esquerda e a direita. Entretanto, tanto os movimentos políticos de base popular quanto os partidos das elites não incluíam em suas agendas a defesa dos interesses da população negra.

Foi nesse contexto que, desiludidos com o sistema político convencional e acumulando décadas de experiência por meio de suas associações, um grupo de indivíduos afrodescendentes fundou a Frente Negra Brasileira em 16 de setembro de 1931. Quase um mês após a sua fundação, durante uma assembleia realizada no salão das Classes Laboriosas, foi apresentado e aprovado o estatuto da organização, o qual estabelecia em seu primeiro artigo:

Fica fundada nesta cidade de São Paulo, para se irradiar por todo o Brasil, a Frente Negra Brasileira, união política e social da Gente Negra Nacional, para afirmação dos direitos históricos da mesma, em virtude da sua atividade material e moral no passado e para reivindicação de seus direitos sociais e políticos, atuais, na Comunhão Brasileira. (DOMINGUES, p. 521, 2008).

A estrutura política e administrativa da Frente Negra Brasileira (FNB) apresentava uma configuração complexa e diversificada. Observava-se uma centralização do poder e uma forte hierarquia estrutural. Ao longo de sua história, a organização teve dois presidentes. O primeiro foi Arlindo Veiga dos Santos, que ocupou o cargo até renunciar em junho de 1934. Após sua saída, Justiniano Costa assumiu a presidência, anteriormente desempenhando o papel de tesoureiro da entidade. Quanto à origem social dos membros da base da FNB, a maioria era proveniente de camadas sociais mais modestas, incluindo funcionários públicos, trabalhadores em ocupações simples e empregos braçais. Muitos desses indivíduos eram subempregados ou estavam desempregados. (DOMINGUES, 2008).

Para implementar suas iniciativas específicas, a FNB estabeleceu diversos departamentos funcionais, incluindo o Jurídico-Social, o Médico (ou de Saúde), o de Imprensa, encarregado da publicação do jornal *A Voz da Raça*, que era a sua única fonte de propaganda, o Dramático (ou Artístico), o Musical, o Esportivo e o de Instrução.

É importante destacar que a Frente Negra Brasileira (FNB) se comunicava de forma contínua por meio do jornal *A Voz da Raça*, que foi fundado em 18 de março de 1933 como o órgão oficial da organização, visando divulgar seus princípios e objetivos. Deocleciano Nascimento, um militante bem conhecido de outros periódicos, foi o primeiro editor, enquanto Pedro Paulo Barbosa desempenhava o cargo de secretário. Inicialmente, a redação estava localizada na Rua Conselheiro Brotero, número 156, em um edifício que estava sendo preparado para abrigar uma sociedade anônima. (CARVALHO, 2009).

Como relata Carvalho 2009, se tratava de um periódico combativo, mantido pela FNB e os seus anunciantes, com publicações em Angola e Estados Unidos, alcançou tiragens entre 1.000 e 5.000 exemplares. O seu início foi marcado por publicações semanais, e a partir do número 18 passou a ser quinzenal, em 1935 tornou-se mensal. Normalmente era composto de quatro páginas, publicava poucos anúncios e eram vendidos através de assinaturas semestrais, anuais, e também de forma avulsa.

O *Voz da Raça* surgiu no ano de 1933 e durou até o ano de 1937, chegando ao total de 70 edições. A partir da edição 36, de 28 de abril de 1934, seu subtítulo passou a ser

Orgam da gente Negra Brasileira". O periódico era o principal veículo de comunicação dos seus conselheiros e redatores, principalmente Arlindo Veiga, Francisco Lucrecio, Raul Joviano do Amaral e Pedro Barbosa. Em suas páginas se encontrava balanços de contas, comunicados, atividades de seu departamento de música, saúde, biblioteca, anúncio de empregos, e educação, que em sua maioria encontrava-se a palavra "instrução".

Desse modo, convém lembrar que o presente artigo traz como objetivo principal de análise dos discursos educacionais presentes no jornal *A Voz da Raça*, já que em suas páginas encontrava-se conteúdos voltados para a necessidade da instrução do negro brasileiro. Nesse ponto, dialogamos, em termos teórico-metodológicos, com o campo da História da Imprensa (e por meio da Imprensa). De acordo com Tânia Regina de Luca (2005), até a década de 1970, havia uma escassez de estudos que utilizavam jornais e revistas como fontes primárias para a compreensão da história no Brasil.

Até esse período, desenvolveu-se uma classificação hierárquica dos documentos que os pesquisadores especializados precisavam considerar. Dentro desse contexto, os jornais eram percebidos como inadequados para a reconstrução histórica, pois eram vistos como registros fragmentados do presente, influenciados por interesses, compromissos e emoções do momento. (LUCA, P. 11-112, 2005). Contudo, nas últimas décadas do século XX, num processo de ampliação dos aportes metodológicos, dos problemas de pesquisa e tipologias documentais, a imprensa periódica passou a se tornar uma fonte preciosa para investigação da experiência e protagonismo de grupos sociais. Desse modo, tornou-se um lugar comum, entre os historiadores que trabalham com jornais e revistas, um movimento metodológico voltado a "dar conta das motivações que levaram à decisão de dar publicidade a alguma coisa" (LUCA, 2005, p. 140), observando "os temas, a linguagem e a natureza do conteúdo" impresso em jornais e revistas (LUCA, 2005, p. 140).

Assim, sob inspiração metodológica nas reflexões de historiadores que trabalham com a imprensa enquanto fonte, convém discutir a presença da pauta educacional, e a defesa pela instrução, na FNB e no jornal *A Voz da Raça*. O principal e mais significativo departamento da FNB foi o Departamento de Instrução, também conhecido como Departamento de Cultura ou Intelectual. Este departamento tinha a responsabilidade de cuidar da área educacional da FNB. Um dos slogans propagandísticos associados a ele declarava: "*Eduquemos cada vez mais nossos filhos, proporcionando-lhes uma educação e instrução que correspondam às suas aspirações*" (*A Voz da Raça*, 28 de outubro de 1933, p. 2).

O conceito de educação delineado pela entidade era abrangente, englobando tanto o ensino formal pedagógico quanto o desenvolvimento cultural e moral do indivíduo. O

termo "educação" era frequentemente empregado para referir-se a esses dois aspectos. Por outro lado, a palavra "instrução" possuía um significado mais específico, referindo-se à alfabetização ou à participação em atividades escolares. (DOMINGUES, 2008).

A educação era frequentemente considerada como a principal ferramenta na luta contra o preconceito racial. Segundo José Bueno Feliciano, os afrodescendentes deveriam buscar educação "para não serem constantemente insultados. Sendo instruídos e educados, seremos respeitados; e nos faremos respeitar" (*A Voz da Raça*, 24 de junho de 1933, p. 4). A crença predominante era de que, à medida que os afrodescendentes avançassem em sua educação formal, seriam respeitados, reconhecidos e valorizados pela sociedade em geral. A educação era vista como uma força capaz de neutralizar e, em última análise, eliminar o preconceito racial.

A promoção da instrução foi um dos temas recorrentes na agenda da Frente Negra Brasileira (FNB): "A disseminação eficaz da instrução entre nossa raça será a maior e mais significativa conquista desta entidade" (*A Voz da Raça*, setembro de 1936, p. 4). Em praticamente todas as edições do jornal da FNB, encontram-se referências à deficiência educacional enfrentada pela população afrodescendente e à importância de seu acesso à instrução.

Segundo o autor frentenegrino que assinava o artigo sob o pseudônimo de Rajovia, a "instrução" representava o ponto de partida fundamental para uma melhoria duradoura na condição social, intelectual e moral da comunidade afrodescendente (*A Voz da Raça*, janeiro de 1937, p. 1). Em diversos outros textos publicados no jornal, persistia a denúncia referente às limitações e obstáculos no acesso à instrução que, em diversos artigos, era caracterizada como um elemento civilizacional, que possibilitaria a elevação moral e ascensão social da população negra. Um exemplo disso fica nítido em um artigo assinado pela professora Jersen de Paula Barbosa, que também ocupou o cargo de chefe da Cruzada Feminina. No artigo intitulado "O Exemplo", Barbosa afirma que a "civilização do negro, porém, deixou apenas de ser o analfabetismo absoluto do século XIX", mas continua "oprimida e diminuta dada a falta de coesão e perseverança". Advoga ao "Negro Adulto e Civilizado" uma "obrigação moral" de levar aos "pobres irmãos negros" a instrução necessária ao "benefício da raça forte" (*A Voz da Raça*, 11 de maio de 1935, p. 2).

Além disso, convém frisar que as páginas do jornal *A Voz da Raça* estavam repletas de anúncios das escolas de alfabetização diurnas e noturnas mantidas pela FNB, além de cursos ofertados pela organização. Assim, por exemplo, anunciava-se em junho de 1935 a oferta de "aula de música" na sede central da FNB, "sob a competência do prof. sr. Mauricio

P. de Queiroz. Esperamos o progresso desse Departamento [Artístico Musical]." (*A Voz da Raça*, 29 de junho de 1935, p. 2). Em maio daquele mesmo ano, o jornal anunciava a oferta de um "curso de formação social", com "aulas já em funcionamento. Tivemos o feliz ensejo de assistir às aulas do 1. ano, as de francês, Aritmética, Geografia, Cartografia [?], Contabilidade, História Pátria, Geral, Ciências Físicas e Naturais, ministradas por professores e auxiliares de conhecida capacidade" (*A Voz da Raça*, 11 de maio de 1935, p. 2). Posteriormente, em agosto, anunciava-se "aulas de ginástica aos alunos do curso de alfabetização da Frente Negra Brasileira", sob supervisão do "sr. Marcos Rangel" (*A Voz da Raça*, 23 de novembro de 1935, p. 3). A própria leitura do jornal *A Voz da Raça* era vista como elemento instrutivo, de modo que diversas edições do impresso vinham acompanhado de informe que "Ler *A Voz da Raça*, Assinar *A Voz da Raça*, Propagar *A Voz da Raça*, Anunciar *A Voz da Raça* é estar trabalhando para a elevação intelectual da Raça!"

Em 20 de janeiro de 1934, em sua edição de número 30 o periódico convocava negros interessados em curso de alfabetização, fortalecendo a intenção de que um dos maiores interesses do movimento da Frente Negra Brasileira era o negro tendo o conhecimento por meio da instrução básica. "Curso de Alfabetização: A diretora desse curso comunica aos Interessados que estão abertas as matrículas, devendo Iniciar-se as aulas no próximo dia 25" (*A Voz da Raça*, 20 de janeiro de 1935, p. 2).

Desde o seu primeiro ano, em sua segunda edição em um sábado, 25 de março de 1933 os convites à instrução estavam presentes nas edições do *A Voz da Raça*, que desempenhou um papel fundamental ao convocar os negros para a busca pela educação. "Encontra-se em pleno funcionamento na sede da FNB a escola de alfabetização, mantida por aquela entidade, para ministrar instrução aos negros de ambos os sexos" (*A Voz da Raça*, 25 de março de 1933, p.2).

Em março de 1936, em uma sessão denominada O Negro e a Instrução, o colunista Antônio dos Santos, escreve sobre a importância da instrução para a comunidade negra, destacando-a como um elemento essencial para a elevação do grupo e sua integração na sociedade. A instrução é vista como um meio de superar deficiências no pensamento e na ação, permitindo aos negros melhorarem e fugirem das limitações que enfrentam. Além disso, a disseminação da instrução é mencionada como um processo que contribui para a renovação das esperanças e para a elevação da comunidade negra, integrando-a de forma mais plena na sociedade (*A Voz da Raça*, março de 1936, p. 4).

Em seu último ano de funcionamento, em janeiro de 1937 em sua edição de número 61, o periódico por meio do colunista de codinome Rajovia, continuava a incentivar nas

questões em prol da educação: “Cremos, primordial necessidade, que floriram pelo Brasil a fora escolas e mais escolas e a raça numa compreensão acertada, procura a instrução como ponto inicial de uma duradoura melhoria na rua condição social, intelectual e moral”. (*A Voz da Raça*, janeiro de 1937, p. 1). Confirmando que de fato a Frente Negra Brasileira usou o seu meio de comunicação para disseminar a instrução do negro como ferramenta sólida para o avanço, conquistas e aceitação em meio a sociedade brasileira.

Conclusão:

A abolição da escravidão no Brasil não apenas marcou o encerramento de uma instituição cruel, mas também inaugurou um novo período na história do país, repleto de desafios e oportunidades para a comunidade afrodescendente. A educação foi fundamental no trabalho de combate a rejeição imposta aos negros brasileiros. Utilizada pela Frente Negra Brasileira através do jornal *A Voz da Raça* como um elemento fundamental nesse contexto pós-abolição, sendo percebida não somente como uma via para a aquisição de conhecimento acadêmico, mas também como uma ferramenta de capacitação, conscientização e mobilidade social.

Durante o século XIX e início do século XX, diversos movimentos abolicionistas e veículos da imprensa negra ressaltaram a importância da instrução como um meio para a libertação e a equidade. Por meio da educação, os afrodescendentes buscavam não apenas adquirir competências profissionais, mas também reivindicar seu espaço na sociedade, desafiando estereótipos e preconceitos arraigados.

Os jornais e revistas da imprensa negra desempenharam um papel crucial ao expor as práticas discriminatórias e ao incentivar a comunidade negra a buscar a educação formal como uma forma de resistência e superação. A instrução foi vista como uma maneira de confrontar o racismo, fomentar a equidade de oportunidades e edificar uma sociedade mais justa e inclusiva. A batalha pela instrução e pela paridade de oportunidades educacionais reflete a incessante busca por justiça social e pelo reconhecimento da significativa contribuição histórica e cultural dos negros no país.

A valorização do ensino e do saber como instrumentos de transformação social perdura como uma temática pertinente nos dias atuais, evidenciando a necessidade premente de investimentos na educação como um alicerce fundamental para o progresso e a promoção da equidade. A estrutura do Brasil foi organizada para manter os negros distantes de tudo que pode levar ao crescimento e ter negado e proibido o negro de acessar escolas foi

cruel, esse ponto tem refletido o Brasil atual, pois as instituições acadêmicas não tem quantidades significantes de negros em participação, e isso é como um espelho apontado do século XIX para o XXI.

Assim, esta pesquisa visou abordar um pouco da trajetória do movimento abolicionista, do pós-abolição e da imprensa negra no Brasil, nos proporcionando valiosos *insights* sobre a relevância da educação como um instrumento de mudança social e como um direito inalienável de todos os cidadãos. A busca pela igualdade de acesso à educação e pelo reconhecimento do conhecimento como uma ferramenta de capacitação e inclusão social permanece como um desafio atual, enfatizando a necessidade contínua de investimento na educação como um pilar essencial para o progresso sustentável e a promoção da igualdade de oportunidades para os negros desta nação.

Referências:

ALBUQUERQUE, Wlamyra ; FILHO, Walter Fraga. **Uma História do Negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

ALONSO, Angela. **Idéias em Movimento: a geração 70 na crise do Brasil-Império**. Tese (Doutorado em Sociologia). São Paulo: USP, 2000.

AZEVEDO, André Nunes. **A reforma pereira passos: uma tentativa de integração conservadora**. Revista Tempos Históricos, v. 19, n. 2, 2015.

AZEVEDO, Célia M. **Onda Negra, Medo Branco: O Negro no Imaginário das Elites – Século XIX**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

CARVALHO, Gilmar Luiz de. **A Imprensa Negra Paulista entre 1915 e 1937: características, mudanças e permanências**. Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas. Programa de Pós-graduação em História Econômica. São Paulo, 2009.

CHALHOUB, Sidney. **Visões da Liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DOMINGUES, Petrônio. **Frentenegrinas: notas de um capítulo da participação feminina na história da luta anti-racista no Brasil**. Cadernos Pagu, v. 28, 2007, pp. 345-374.

DOMINGUES, Petrônio. **Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos**. Revista Tempo, v. 12, n. 23, 2006.

DRESCHER, Seymour. **Caminhos para a abolição**. In: LIMA, Ivana; GRINBERG, Keila; REIS, Daniel Aarão. (orgs). **Instituições nefandas: o fim da escravidão e da servidão no Brasil, nos Estados Unidos e na Rússia**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2018.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Movimento negro e educação**. Revista Brasileira de Educação, v. 15, 2000, pp. 134-158.

KLUG, João. **Imigração no Sul do Brasil**. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. O Brasil imperial, v. III. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

LUCA, Tania Regina de. **Fontes Históricas: fontes empresas. Cap. História dos, nos e por meio de periódicos**. Editora Contexto, São Paulo, 2005.

MALATIAN, Teresa. **O cavaleiro negro: Arlindo Veiga dos Santos e a Frente Negra Brasileira (1931-1934)**. ANAIS DO IV ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES – ANPUH - Memória e Narrativas nas Religiões e nas Religiosidades. Revista Brasileira de História das Religiões. Maringá (PR) v. V, n.15, jan/2013. ISSN 1983-2850.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Escravizados e livres. Experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca**. São Paulo: Bom Texto, 2008.

PINTO, Ana Flávia Magalhães. **Escritos da Liberdade: literatos negros, racismo e cidadania no Brasil oitocentista**. Campinas: UNICAMP, 2018.

SALLES, Ricardo. **Café e escravidão**. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. Dicionário da escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SANTOS, José Antônio dos. **Imprensa negra: a voz e a vez da raça na história dos trabalhadores brasileiros**. 2005.

SILVA, Adriana Maria Paula. **A escola de Pretextato dos Passos e Silva: questões a respeito das práticas de escolarização no mundo escravista**. Revista Brasileira de História da Educação, v. 4, 2002, pp. 145-166.

SILVA, Noemi Santos da. **Direito de aprender: a educação nas lutas negras por emancipação (Paraná, 1853-1910)**. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2023.

SILVA, Noemi Santos da. **O Batismo na Instrução: projetos e práticas de instrução formal de escravos, libertos e ingênuos no Paraná provincial**. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: UFPR, 2014.

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. **Letramento e escolas**. In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. Dicionário da escravidão. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

(ALBUQUERQUE, 2009) é: ALBUQUERQUE, Wlamyra. O jogo da dissimulação: Abolição e cidadania negra no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

Fontes:

Jornal: **A Voz da Raça**, 24 de junho de 1933, p. 4. São Paulo.

Jornal: **A Voz da Raça**, 11 de maio de 1935, p. 2. São Paulo.

Jornal: **A Voz da Raça**, 11 de maio de 1935, p. 2. São Paulo.

Jornal: **A Voz da Raça**, 20 de janeiro de 1935, p. 2. São Paulo.

Jornal: **A Voz da Raça**, 23 de novembro de 1935, p. 3. São Paulo.

Jornal: **A Voz da Raça**, 25 de março de 1933, p.2. São Paulo.

Jornal: **A Voz da Raça**, 28 de outubro de 1933, p. 2. Edição 24. São Paulo.

Jornal: **A Voz da Raça**, 29 de junho de 1935, p. 2. São Paulo.

Jornal: **A Voz da Raça**, janeiro de 1937, p. 1. São Paulo.

Jornal: **A Voz da Raça**, janeiro de 1937, p. 1. São Paulo.

Jornal: **A Voz da Raça**, março de 1936, p. 4. São Paulo.

Jornal: **A Voz da Raça**, setembro de 1936, p. 4. São Paulo.